

Após questionamentos, prefeitura cria atendimento 24h via WhatsApp para esclarecer IPTU

Canal digital busca orientar contribuintes e reduzir filas presenciais em meio às controvérsias sobre o imposto em Campo Grande

15 JAN 2026 • POR Ricardo Prado • 17h00



Prefeitura de Campo Grande criou atendimento 24h via WhatsApp para esclarecer dúvidas sobre o IPTU após polêmicas e filas de contribuintes - Divulgação/PMCG

A Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG) passou a oferecer atendimento permanente, por meio do WhatsApp, para esclarecer dúvidas da população sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O serviço funciona 24 horas por dia pelo número (67) 99677-8623 e foi criado em meio à repercussão negativa envolvendo os valores cobrados no IPTU 2026.

De acordo com a administração municipal, a iniciativa tem como finalidade diminuir a procura presencial pela Central de Atendimento ao Cidadão (CAC) e organizar a demanda de contribuintes que buscam informações sobre o tributo.

Serviços disponíveis no canal digital

Por meio do atendimento via WhatsApp, os moradores podem acessar diferentes tipos de informações relacionadas ao IPTU. Entre os serviços oferecidos estão a consulta de dados cadastrais do imóvel, como nome do proprietário, área e valor de avaliação, além da

verificação do valor do imposto e da taxa de coleta de lixo.

O canal também permite a emissão da guia de pagamento (DAM), tanto para quitação à vista quanto parcelada, a solicitação de extratos de débitos em formato PDF e a checagem de pendências referentes a exercícios anteriores.

Impasse sobre o IPTU 2026

A criação do atendimento ocorre em meio a um cenário de forte insatisfação entre contribuintes. Muitos questionam os valores lançados no IPTU 2026, defendem a retomada do desconto de 20% para pagamento à vista e apontam problemas no envio de carnês a imóveis isentos.

Entre os dias 5 e 9 de janeiro, a Central de Atendimento ao Cidadão William Maksoud registrou longas filas, com moradores buscando esclarecimentos sobre o que consideraram cobranças elevadas.

No dia 7 de janeiro, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) solicitou explicações formais à prefeitura sobre os critérios adotados no reajuste do imposto e da taxa de lixo, incluindo a base legal utilizada, os índices aplicados e o impacto financeiro do aumento.

Já em 8 de janeiro, a Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso do Sul (OAB-MS) ingressou com mandado de segurança para tentar restabelecer o desconto de 20% no pagamento à vista e limitar o reajuste à correção monetária de 5,32%. No mesmo dia, a prefeitura adiou o vencimento do pagamento à vista para 12 de fevereiro.

Em 9 de janeiro, o município também alterou o calendário de pagamento parcelado, fixando o vencimento da primeira parcela em 10 de dezembro. Posteriormente, vereadores derrubaram o aumento do IPTU em sessão extraordinária no dia 12, mas a prefeita Adriane Lopes (Progressistas) vetou, em fevereiro, o projeto que suspendia a taxa de coleta de lixo.

Entenda o IPTU

O IPTU é um tributo municipal cobrado de proprietários de imóveis localizados em áreas urbanas. A arrecadação é destinada a investimentos em setores como saúde, educação, segurança, infraestrutura e lazer.

O valor do imposto é calculado com base no valor venal do imóvel, na alíquota definida pelo município e na Taxa de Coleta de Lixo (TCL). Em 2026, segundo a prefeitura, o reajuste aplicado foi de 5,32%.

O pagamento pode ser feito à vista, com desconto de 10% e vencimento em 12 de fevereiro, ou de forma parcelada em até 12 vezes, com a primeira parcela prevista para 10 de dezembro. O não pagamento do imposto pode resultar em sanções legais, incluindo a perda da posse do imóvel.